



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28-02-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta é a 1ª Audiência Pública Semipresencial da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher de 2023. Estão presentes os Vereadores André Santos, Manoel Del Rio e Aurélio Nomura.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2023, convocada para hoje, 28 de fevereiro de 2023.

Esta audiência pública foi convocada em cumprimento ao disposto no artigo 36 da Lei Federal Complementar nº 141/2012 e tem como pauta a prestação de contas das ações e execução orçamentária da Secretaria Municipal da Saúde referente ao 3º quadrimestre de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Foram convidados, para participar desta audiência pública, a Secretaria Municipal de Saúde, o Ministério Público do Estado de São Paulo e o Conselho Municipal de Saúde.

A palavra será dada, primeiramente, ao Secretário Municipal da Saúde, que contará com 30 minutos para fazer a prestação de contas. Em seguida, os Vereadores e demais autoridades da Mesa farão uso da palavra. As pessoas que farão uso da palavra fizeram sua inscrição *on-line* no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Também haverá inscrição para o público presente. Cada orador terá três minutos para se manifestar.

Ressalto a importância de haver manifestação apenas quando for cedida a palavra e peço a todos os membros e participantes que não deixem o microfone ligado enquanto não estiverem fazendo uso da palavra.

Quero agradecer a presença do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zamarco, e toda sua equipe. Isso é um respeito da parte de vocês à Câmara Municipal de São Paulo, aos representantes do povo e também à nossa população, de modo geral, bem como aos

profissionais da área de saúde. Então, fica o agradecimento desta presidência e desta Comissão, como um todo, a todos da Secretaria Municipal de Saúde.

Passo, desde já, a palavra ao Secretário Luiz Carlos Zamarco. Vocês têm 30 minutos para apresentar a prestação de contas.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Bom dia, Vereador. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Estou ouvindo bem.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Bom dia, Vereador André Santos. Não estou conseguindo enxergar os outros.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – O Vereador Aurélio Nomura está presente.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Cumprimento os demais Vereadores que estão presentes.

Nós vamos fazer uma apresentação das contas por parte do terceiro quadrimestre. Está comigo o Ivan Cáceres, que vai ler para nós e dissertar sobre a nossa prestação de contas. Estão comigo o Secretário Adjunto Maurício Serpa, o Secretário Executivo Accacio e o Chefe de Gabinete Roberto.

Vamos iniciar a apresentação e estamos à disposição. Por favor...

O SR. IVAN CÁCERES – O.K.

Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores.

Vamos apresentar a prestação de contas e execução orçamentária do exercício 2022, em cumprimento à Lei Federal 141, de 2012. Já foi feita uma apresentação prévia ao Conselho Municipal de Saúde, mas vamos lá.

Nós temos o primeiro *slide*, que está passando.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. IVAN CÁCERES – Passe para o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Para quem está acompanhando, é que, como são questões técnicas de informática, às vezes demora um pouquinho, mas já vai entrar.

O SR. IVAN CÁCERES – Passe para o seguinte. Já estão vendo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Ouvindo bem e conseguindo enxergar, também.

O SR. IVAN CÁCERES – Ótimo. Passe para o *slide* seguinte. Muito bem.

Sr. Presidente, nós temos um demonstrativo das receitas arrecadadas no ano de 2022. Com base nisso é que vamos calcular o índice de aplicação em Saúde. Temos as receitas totais de 2022, de 61 bilhões e 130 milhões de reais. Comparando com 2021, foram 55 bilhões e 280 milhões. Então, em 2022, houve um acréscimo nas receitas gerais na Prefeitura. Com base nisso, nós calculamos o que se aplica em Saúde. O.K?

O município de São Paulo – próximo, por favor – aplicou 14 bilhões e 550 milhões, relativo ao Sistema Único de Saúde. O limite constitucional é de 15%. Aplicamos 23.8. Então, bem acima do limite constitucional. Nas despesas da Saúde, de um modo geral, tínhamos uma dotação inicial de 15 bilhões e 214 milhões. Ela foi atualizada para 18 bilhões e 864 milhões e foi empenhado, portanto, 18 bilhões e 95. Isso é o que foi gasto com Saúde em 2022. Agora, é importante frisar: o limite constitucional 15%, nós aplicamos acima disso. Nós aplicamos 23.8, que corresponde à 14 bilhões e 550 milhões. Ou seja, uma evolução, em relação a 2021. Em 2021, empenhamos 11 bilhões e 899 milhões. Em 2022, 14 bilhões e 550 milhões.

Aqui é uma demonstração mais clara dessa aplicação que fizemos de acordo com a Lei Complementar 141. Os 23.8 de 2022 e 22.96 de 2021. O.K.

Aqui, nós temos um gráfico e, acima desse gráfico, temos por órgão. A Execução orçamentária por órgão. Repetindo: o Fundo Municipal de Saúde, 14 bilhões e 830 milhões. Atualizando para 18 bilhões e 440 milhões. Empenhando 17 bilhões e 678 milhões. HSPM, 384, atualizado para 424 milhões. Empenhado 417 milhões. Ou seja, totalizando empenhamento de 18 bilhões e 95 milhões, em 2022 na área da Saúde do município de São Paulo.

Aqui, no seguinte, temos um demonstrativo por fonte. Esse demonstrativo por fonte, são várias fontes que compõem o orçamento do município. Federal, Estadual e claro, Municipal.

Fonte Federal: temos 2 bilhões e 703 milhões. 129, inicial. Atualizado para 2 bilhões e 866 milhões, com empenhamento de 2 bilhões e 678 milhões.

Fonte do Estado: inicial de 78 milhões. Atualizado para 180. Empenhamento 150 milhões 371. E depois, outras fontes: 289 milhões, aí chegando a 157 milhões. O total das fontes, ou seja, Tesouro Municipal – esse é importante, tivemos empenhamento, vou repetir – 15 bilhões e 108 milhões. Nós chegamos a um total de 17 bilhões 370, mais o empenhamento de 724, por conta de Covid-19, chegamos a um total de 18 bilhões e 95 milhões de reais.

Na tela seguinte, temos um gráfico que demonstra isso com bastante clareza. Fonte 00, que é o município. Fonte 02 Estadual.

Agora, eu tenho um gráfico, Presidente, Sras. e Srs. Vereadores e público em geral, e é muito importante a gente olhar com atenção esse gráfico, porque é a composição do Orçamento, em que cada fonte repassa recursos. A Fonte 00 é o Tesouro Municipal; Fonte 02 e outras, transferências federais; Fonte 03, estaduais; e outras fontes ao final.

De 2009 até 2022. Se a gente verificar, Sr. Presidente, em 2022, o município aplicou, em ações de Saúde, 83,49%. O Governo Federal, 14,8%. Então, a gente verifica nesse histórico que a fonte federal vem diminuindo, e ela diminuiu acentuadamente em 2021 e mais acentuadamente ainda em 2022, para 14,8%. Da mesma forma, a participação do Estado em 2022 foi 0,83%. Ou seja, isso significa que o Sistema de Saúde do município de São Paulo é mantido por recursos do Tesouro Municipal, dinheiro da Prefeitura de São Paulo, no montante de 83,4%.

Aqui, nós temos execução orçamentária por unidade, que é o Fundo Municipal de Saúde, Hospital Cachoeirinha e as nossas Coordenadorias. São seis Coordenadorias Regionais de Saúde mais a Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Aqui, você tem o detalhamento por Coordenadoria do inicial, do atualizado e do empenhado, totalizando aquilo que já falamos agora há pouco: a dotação inicial, a atualizada e a empenhada, que chega a 18 milhões e 95 mil reais.

Agora, essa execução é por subfunção; ou seja, as áreas da Secretaria: Atenção Básica e outras. A gente pode verificar que a Atenção Básica, que é toda a rede de Unidades Básicas de Saúde, UPA, enfim, os serviços da rede de atenção básica, foi a função que mais executou, ou seja, que teve o maior volume de recursos, com um inicial de 5 milhões e 344 mil

reais, que evolui para 8 milhões e 282 mil reais e empenhou 8 milhões e 71 mil reais; seguida pela Assistência Hospitalar, que foi de 6 milhões, e assim sucessivamente: Vigilância Sanitária, Formação de Recursos Humanos, Assistência ao Portador de Deficiência, etc.

Transferências Fundo a Fundo e Voluntárias. Aqui, o bloco da União contribuiu, na Receita Prevista Anual, com 2 bilhões e 805 milhões reais. O que fizemos com esse recurso? Onde ele foi aplicado? Na Atenção Básica, foram 784 milhões; na Média e Alta Complexidade, 1 bilhão e 665 milhões; na Vigilância em Saúde, 104 milhões; na Assistência Farmacêutica, 78 milhões; na Gestão SUS, 1,2 milhão; e por aí afora.

Também aqui, Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público presente, temos, por quadrimestre: de janeiro a abril, de maio a agosto e de setembro a dezembro, compondo o efetivamente aplicado do exercício de 2022, com esses recursos da União.

Aqui, a mesma forma, o mesmo detalhamento, só que em relação aos recursos estaduais. O Bloco estadual, aquilo que eu já falei anteriormente, com uma receita inicial de 83 milhões, depois desdobrada por quadrimestre, totalizando 164 milhões, e onde foram aplicados esses recursos. No final, temos o HSPM, que é a última linha da planilha.

Agora, o detalhamento de despesas – o que foi feito com esse recurso, onde foi aplicado. Pessoal, auxílios e encargos: Administração Direta e Administração Indireta. Aí, Direta é o HSPM, porque o HSPM não entra na gestão disso tudo, ele é suportado com recursos exclusivamente das Fontes 00, ou seja, do Tesouro Municipal. Então, você tem uma despesa com encargo de 2,797 bilhões; contrato de gestão e convênios, 10,814 bilhões; prestadores SUS, que são aqueles que prestam serviços auxiliares complementares ao SUS. A Secretaria tem a sua gestão SUS e ainda contratualiza serviços auxiliares complementares. Depois, há material médico hospitalar, medicamentos, investimentos e outros, totalizando – nós já dissemos anteriormente – 18,095 bilhões. E aqui, só para lembrar, ações judiciais, 14,911 milhões de reais. Isso em 2022.

Bom, repasses financeiros. Como nós sabemos, o município de São Paulo utiliza dos contratos de gestão, que é execução de seus serviços. Estão aqui todas as OSs credenciadas,

mediante chamamento público e que historicamente vêm prestando serviços à Saúde no município, detalhando quanto foi repassado para cada uma dessas OSs, Organizações Sociais e Entidades, de modo geral, no exercício de 2022, totalizando o que foi aplicado, no ano todo, não só no terceiro quadrimestre, o que compõe aquele valor que eu já disse anteriormente, 10,814 bilhões.

O seguinte: prestadores SUS. São aqueles que prestam serviços assistenciais complementares ao Sistema Único de Saúde, por exemplo, o Hospital do Rim, o pessoal da terapia renal, oncologia, GRAACC, oftalmologia, ortopedia e por aí afora. Na área de nefrologia, vocês podem verificar que há uma série de clínicas aqui, credenciadas e prestadoras de serviços. Então, há prestadores SUS, totalizando aquele valor que nós já falamos aí, especificamente prestadores. São 162.465.758 milhões.

Bom, agora o seguinte: aqui, são algumas realizações. Vale colocar, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que a Secretaria Municipal da Saúde não tinha esse volume e essa tradição de execução de emendas parlamentares. Nessa gestão, nós assumimos esse compromisso, nessa gestão Bruno Covas e Ricardo Nunes, de implementar esse trabalho profissionalizado na Secretaria, o que nos permitiu captar 226 emendas parlamentares municipais, Srs. Vereadores do município, contribuindo com a Saúde. São 54 emendas estaduais e 73 emendas federais. Isso totaliza o quê? No âmbito municipal, de emenda municipal, foram 58,499 milhões; emenda estadual, 136,6 milhões; e emenda parlamentar federal, 50,633 milhões.

Houve uma queda, no campo federal, porque normalmente o campo federal é maior do que o municipal e o estadual, em função de ter sido um ano eleitoral na esfera federal. Então, houve uma redução nessa aplicação, mas, de qualquer maneira, no resumo geral, nós tivemos um total de 247 milhões de emendas federais, liberado a 224 e, em execução, estão fazendo 32 milhões e executados 180 milhões, ou seja, 80,3% das emendas foram efetivamente executadas.

Aqui, algumas coisas adquiridas com recursos de emenda, inclusive tomógrafo no Hospital Benedito Montenegro. É importante ressaltar que esse hospital não tinha tomógrafo. Os pacientes daquela região, às vezes, perdiam um dia todo para fazer uma simples tomografia.

Hoje é tudo tomógrafo novo.

Aqui, nós temos gestão participativa, que é o controle social e as ações que são desenvolvidas. Depois, nós vamos à Secretaria de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parceria. É um nome longo, mas é importante, porque é aí onde se contratualiza o serviço. Sobre estabelecimento de saúde, nós temos uma rede de estabelecimentos, de 883 unidades, mas isso não significa o número de serviços.

Nós temos hoje 838 estabelecimentos, mas serviços são mais de mil serviços... (falha na transmissão) ...porque, às vezes, você tem um que, neste mês, você tem dois ou três serviços. Então, você tem as várias áreas: AMA 12 horas; Atenção Especialidade Ambulatorial; Atenção de Urgência e Emergência; Hospitais Municipais; Saúde Mental; Unidade de Saúde.

Agora, há outro caso, Presidente André Santos, que é importante levar ao conhecimento da população. Apesar da pandemia, dos efeitos que a pandemia que ainda perdurou por longo período, o número de consultas, vale a pena ressaltar que houve um crescimento realmente que merece ser ressaltado. Em 2022, foram 16 milhões, 849 mil, e 085 consultas em Atenção Básica, superou todos os exercícios desde 2016. Em 2022, nós superamos todos os exercícios. Na Atenção Básica, consulta médica e urgência, foram 11 milhões, 407 mil; e na Urgência, 5 milhões, 442.

Em suma, resumo geral: de 2016 a 2022, superamos, nesse exercício de 2022, todos os exercícios anteriores. Chegamos a 27 milhões, 901 mil, 281 consultas realizadas na cidade.

Coordenadoria de Atenção Básica é uma área que é porta de entrada do sistema. Nós temos 470 Unidades Básicas de Saúde, 330 delas sendo Estratégia e Saúde da Família, onde há as equipes de Saúde da família, que hoje 1.664 equipes; e há um universo de quase 9.417 Agentes Comunitários de Saúde. Eles que conhecem bem o território, têm uma interface muito próxima com o munícipe.

Depois, temos os Núcleos de Vigilância da Saúde, conforme está descrito no mapa. Está praticamente estendido em toda a rede de Saúde.

Uma ação importante também que vale destacar é a da População em Situação de

Rua, com o Consultório na Rua, onde tivemos 120 mil 974 atendimentos; uma média de 1,5 mil atendimentos médicos multiprofissional por dia. Há uma busca ativa de quase 1 milhão de pessoas – 806 mil 654. Uma ação muito importante também.

Continuando, Consultório na Rua, que é a questão de imunização; de atendimento durante os períodos de baixas temperaturas; sendo que 83% dessa população foi imunizada contra Covid-19.

E aqui, as outras áreas de um modo geral, o que está sendo feito em boa parte da saúde da população; a saúde da população indígena; a saúde da mulher, que é bom... (falha na transmissão) ...em toda a Rede de Atenção à Mulher; a saúde da população idosa.

Saúde Bucal. Essa área, Presidente, é uma área que mereceu uma grande atenção na Secretaria Municipal, para implantação do Centro de Especialidades Odontológicas, a requalificação desse espaço; o reequipamento desses espaços; a contratação de profissionais. Então, é uma área que merece destaque.

Depois, o Programa Melhor em Casa, que é a desospitalização, esse gráfico, que tem o atendimento por região: Leste, Sul, Centro...

Depois, temos as Práticas Integrativas e Complementares. Saúde Nutricional. Programas Ambientes Verdes e Saudáveis, com número de visitas, enfim. É um programa bastante interessante também.

Saúde Mental... (falha na transmissão) ...implantação de CAPS. Na apresentação, vocês podem visualizar o CAPS AD III de Paraisópolis. Uma maravilha de espaço, vocês podem verificar.

Uma outra área também que merecia bastante atenção, investimento, requalificação dos espaços. Na área da pessoa com deficiência, também um painel demonstrativo do que ocorre.

Doenças raras é uma coisa nova – nova em termos de saúde pública, tanto no âmbito federal, estadual e municipal, e o município de São Paulo, como sempre, saindo à frente, encampando essa área e levando a efeito essa linha de atenção e cuidado no que se refere a

pessoas com doenças raras e seus familiares.

Na Assistência Farmacêutica, há um gráfico completo do que foi feito na produção, no número de atendimentos.

Na Assistência Laboratorial, a mesma coisa: a região e onde os laboratórios estão localizados. Do que foi feito, um dado interessante são os testes rápidos e outros realizados no período de Covid-19.

Essas são inaugurações de reformas nas cinco novas unidades implantadas, cinco novas em 2022; quatro finalizadas e 51 em andamento, um total de 55 obras.

Aqui, um demonstrativo por Coordenadoria: na Sudeste; na Sul; na região Centro, como eu acabei de falar, o Centro de Cuidados Odontológicos, em uma região extremamente vulnerável. Está aí, um belíssimo equipamento de Saúde. Há mais a Coordenadoria Norte, Sul, Sudeste, a região Centro; reformas em andamento em várias Coordenadorias.

Agora vamos para Ações e Vigilância em Saúde, que já tinha um concurso e já estavam para ser chamados funcionários, servidores; foi concretizado, houve o chamamento. Aqui, há um demonstrativo dos profissionais que foram contratados, entre médicos, enfermeiros, farmacêuticos, profissionais do serviço social, nutrição.

Algumas ações da Vigilância em Saúde: o combate à dengue, o combate ao mosquito *Aedes aegypti* nas residências. Núcleo Doenças Agudas Transmissíveis. Núcleo Municipal de Controle de Infecção Hospitalar, que também é uma área que merece bastante atenção. Núcleo em Vigilância em IST. Núcleo de Doenças Transmitidas por Vetores e Zoonoses: a leptospirose, a Chagas, toxoplasmose. Programa Municipal de Hepatites Virais. Programa Municipal de Controle da Hanseníase. Programa Municipal de Controle de Tuberculose.

Aqui, um gráfico final do Programa Municipal de Imunizações: Atividades de Educação Permanente, Elaboração de Documentos, Dia D, Distribuição de vacinas. Podem verificar essa quantidade de distribuição de vacinas: mais de 16 milhões e de itens de insumo para aplicação de vacinas, mais de 50 milhões. São números gigantescos.

Aqui, ainda sobre o Programa Municipal de Imunizações, inclusive em períodos de

baixas coberturas. Sobre o Programa Municipal de Imunizações, um gráfico mais completo, onde aparece poliomielite, pneumonia, hepatites. Enfim, um gráfico completo.

Do Programa de Imunizações da Covid-19, um total de mais de 37 milhões de doses aplicadas. Como se pode verificar, são mais de 37 milhões e 300 mil.

Aqui, ainda sobre o Programa Municipal de Imunizações.

Na área de Saúde do Trabalhador, também os números estão por ações.

Em Vigilância em Saúde, a mesma coisa: mais uma tabela sobre isso. Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde. Vigilância de Alimentos. Vigilância de Medicamento. Vigilância de Zoonoses. Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano. Até isso é feito. Há coleta de amostras, cumprimento de denúncias, de inspeção, e por aí afora. Programa de Vigilância de Populações Expostas a Poluentes atmosféricos, uma outra área em que a Secretaria também atua através do Programa Vigiar. Programa de Vigilância em Saúde Relacionada a Desastres, uma outra área em que a Secretaria também atua nas seis Coordenadorias Regionais. Aqui está o demonstrativo.

Um prêmio muito justo ao pessoal da área de Vigilância em Saúde.

Uma Menção Honrosa do Ministério da Saúde.

Saúde animal, que é uma área que todos já têm um conhecimento muito grande e que percebemos por parte dos munícipes em relação a essa atenção...

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Concluindo, Secretário.

É só para questão da conclusão, porque como ainda há os Vereadores para falar e as pessoas que estão inscritas, só para compactar e completar os 30 minutos. Deixaremos mais um pouquinho, mas só para compactar, por favor.

- Falhas na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. IVAN CÁCERES – Perfeito. Obrigado, Presidente.

Bom, continuando. Temos sobre a Cosap; hospitais veterinários, assunto que interessa muito; a Coordenadoria de DST Aids com os números demonstrados e seus equipamentos e distribuição da população, listas das unidades IST Aids, programas

desenvolvidos; atenção hospitalar, que também podemos verificar a expansão da rede hospitalar. São 10 novos hospitais. Em 2019, nós tínhamos 20 hospitais. De 2020, 24; 2021, 28; em 2022, 30 unidades hospitalares. Ou seja, agregamos à rede o Hospital Brasilândia, Hospital Bela Vista, Hospital Professora Lydia Storópoli, Hospital Cantareira, Hospital Brigadeiro, Amparo Maternal, Guarapiranga, Capela do Socorro, Hospital Integrado de Santo Amaro e Sorocabano.

Classificação de risco é importante observar. Há, no painel os equipamentos que foram adquiridos para a rede hospitalar. Por fim, o Hospital do Servidor Público. As reformas que vêm sendo implementadas. Há o comparativo do antes e depois, com elevador e tal e várias ações que estão sendo desenvolvidas e que já foram desenvolvidas no Hospital do Servidor Público Municipal. Os atendimentos desenvolvidos no HSPM.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Muito obrigado, Ivan Cáceres. Obrigado a toda a equipe da Secretaria Municipal de Saúde.

Sei que foi pouco tempo. Acho que o senhor nunca leu tão rápido. Na próxima, ajustaremos para que consigam fazer uma apresentação mais tranquila e de fácil entendimento para todos.

Muito obrigado.

Antes de passar a palavra aos inscritos, vou passar a palavra aos nobres Vereadores que também têm as suas perguntas e gostariam de falar.

Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente.

Gostaria de saudar o nosso Secretário da Saúde, os nobres Vereadores, os assessores também da Secretaria da Saúde, público que nos assiste.

Gostaria de cumprimentar pelo trabalho que vem sendo feito na Secretaria da Saúde. Acho que foram uma das poucas cidades até com muito empenho, muito trabalho, nós conseguimos trabalhar ao contento a questão do Covid-19 e, agora, estamos com toda aquela situação represada de três anos quase da população que não estava indo aos hospitais e agora

está se socorrendo. Isso nos preocupa bastante.

Mas o investimento me deixou abismado. Fiquei cinco anos na Comissão de Finanças, até com o Vereador André, e estava também o Prefeito de São Paulo lá na Comissão, mas não tinha ideia dos números. A gente fica falando em uma posição geral, a gente fica discutindo algumas questões, mas a questão da Saúde propriamente dita com a apresentação da prestação nos deixou realmente espantados com volume, o que nos leva a crer que São Paulo tem que ter a primazia de oferecer o melhor serviço assistencial de Saúde no nosso país pelo dinheiro que vem sendo investido. Precisamos acompanhar mais de perto, é de fundamental importância.

Mas, gostaria de fazer duas perguntas, com relação primeiro ao BIRD. Não vi os valores do BIRD, e são valores substanciais, ultrapassam 1 bilhão de reais, se não me engano, na época, acho que muito mais, acho que eram 300 milhões de dólares, um pouco mais. E não vi relatado dentro da prestação de contas, essa é a primeira questão.

A segunda questão diz respeito, quero cumprimentar e realmente é verdade, as emendas parlamentares, pela primeira vez, começando no Governo do nosso saudoso Bruno Covas e continuando agora com o Ricardo Nunes, estão sendo aceitas as emendas parlamentares. Eu mesmo, 80% das minhas emendas são destinadas à Saúde, acho de fundamental importância investirmos e tenho a certeza, até vendo os números, quase 59 milhões de emendas de Vereadores. Vemos que é a intenção de todos os Vereadores investir.

Mas me chamou a atenção um caso, em uma determinada supervisão, um pouco antes do Carnaval houve uma chuva, inundou tudo ali, porque está reformando e a gerente foi advertida pela supervisora substituta, que foi chamada a atenção: por que você mexeu com política, não pode mexer com política. E olha, levei 4 milhões de reais para a reforma e ampliação de uma UBS, que eu acho um absurdo. Até isso é motivo de representação com notícia ao Secretário, à Secretaria e vou levar mais a frente, porque acho inadmissível a postura dessa servidora.

Quero cumprimentar, sei que a Secretaria não tem essa postura, muito pelo contrário,

o Ivan Cáceres nos recebe de braços abertos, juntamente com o Secretário, o Secretário Adjunto, todos são unânimes em falar que os recursos parlamentares são muito bem-vindos. E aí, destoa exatamente essa ação que ocorreu um pouco antes do Carnaval.

Outra coisa que me chama a atenção é que o Tesouro Municipal é responsável por mais de 83% dos investimentos com relação à Saúde; as transferências estaduais, 23,90% e estaduais 2% apenas, isso me chama bastante a atenção. Mas o que quero dizer é o seguinte, e perguntar se esses investimentos, esse número de investimentos tem sido feito pela Prefeitura, e se também está atrelado aos valores que estão extremamente baixos com relação à tabela do SUS. Vemos que vira e mexe há hospitais que quebram, pedem socorro ao município, ao Estado, à União, exatamente porque a tabela SUS é aviltante para a manutenção dos serviços oferecidos. Gostaria também de ouvir da Secretaria a respeito dessa questão. Eram essas as minhas indagações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura.

Vou passar primeiro a palavra para os Vereadores fazerem as perguntas, depois para as pessoas que estão inscritas, para que depois os Secretários possam trazer as respostas.

Com a palavra o Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – Boa tarde, Presidente André Santos, colegas Aurélio Nomura, Major Palumbo; cumprimento também o Secretário da Saúde e o Prefeito Ricardo Nunes pelo esforço de prestar um serviço de Saúde apropriado.

Entretanto, tenho algumas questões que quero apresentar. Uma delas que o Vereador Aurélio Nomura já apresentou, que há pouco recurso do Governo Estadual, não chega a 1%, me parece.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MANOEL DEL RIO – Tenho um dado de que não chega a 1%. Do recurso federal, acho que chega a uns 30%, só se eu estiver enganado.

Realmente é um pleito que nós temos que trabalhar, que tem de haver mais recursos

do Estado, porque São Paulo tem de 30% a 35% da população do Estado. Então, a contribuição que vem do Governo Estadual é muito pouca.

A outra questão é em relação às Organizações Sociais. Dos recursos repassados para as OSs, 70% deles são para quatro Organizações Sociais, então há uma grande concentração de serviços em poucas OSs. Eu queria entender isso porque existem muitas Organizações Sociais que têm vínculos com a comunidade e que poderiam prestar um serviço bem apropriado perto das comunidades. Então, eu queria deixar essa pergunta no ar.

Em relação às consultas, eu vi que houve mais consultas em 2019 do que em 2022, pelos meus dados, em torno de 1 milhão a menos de consultas em relação a 2019. Eu também queria entender um pouco sobre isso, porque as questões de Saúde são emergentes.

Outra questão é sobre a baixa cobertura vacinal. Nós temos de 20% a 25% das crianças sem receber cobertura vacinal: tuberculose, sarampo, caxumba, rubéola, febre amarela, poliomielite. Eu queria saber por que essa baixa cobertura vacinal, já que a São Paulo é considerada a capital mundial da vacina. Então, se estiver perdendo esse posto, é preciso colocar ele na cobertura.

Aliás, ontem, eu fui me vacinar e formou uma fila imensa de idosos e perguntei para as pessoas da Unidade de Saúde o motivo daquela fila e eles disseram que havia pouco funcionário, que não tinham mais os estagiários. Então, talvez, a cobertura vacinal tenha que ser agilizada.

E em relação às consultas, eu tenho um dado de que o tempo médio na cidade de São Paulo de espera por uma consulta médica da atenção básica é de 18 dias. E na região central, 25 dias. Mas se a pessoa estiver doente, ela precisa ser atendida imediatamente. E o tempo médio de espera na cidade por uma consulta médica de especialista é de 71 dias; em São Mateus, de 120 dias; na Penha, de 112 dias; e em São Miguel, 105 dias. Isso traz um prejuízo imenso à população, que demora para ser atendida e, às vezes, a doença se agrava e a pessoa que poderia ser salva acaba morrendo por uma doença curável.

Quero compartilhar a ideia do Vereador Nomura sobre a questão da tabela do SUS,

que realmente precisa melhorar. Semana passada, eu visitei a Santa Casa, que faz um trabalho extraordinário, atende 2.000 pessoas por dia. O pronto-socorro estava cheio, o berçário estava cheio, ela atende a população em situação de rua, atende o pessoal da Cracolândia e os moradores do Centro em uma situação dramática.

Então, eles foram pedir uma emenda. Eu vou falar para os meus colegas.

Quem quiser fazer uma emenda para Santa Casa, é bem-vinda, porque ela faz um trabalho extraordinário e fortalece os atendimentos do SUS. E trabalharmos para que esta tabela do SUS seja melhorada, uma vez que vai haver o pagamento, inclusive, do piso dos enfermeiros.

Nós vamos fazer o que for possível no município, mas vamos pleitear também ao Governo Federal e ao Estadual – que o Governo Estadual precisa melhorar a sua participação na Saúde na cidade de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereador Manoel Del Rio.

Com a palavra, o Vereador Major Palumbo.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde aos nobres Vereadores: Vereador Aurélio Nomura, Vice-Presidente; Manoel Del Rio; Presidente André Santos.

Eu estava acompanhando com muita atenção o grande trabalho que o Secretário Luiz Carlos Zamarco vem fazendo na Secretaria Municipal de Saúde – são números astronômicos –, com o Secretário Adjunto, Dr. Maurício Serpa, e Ivan Cáceres – que eu vou pessoalmente conversar com o senhor, porque eu tenho as minhas emendas já programadas para serem colocadas, quase por completo, na Secretaria Municipal de Saúde. Sou bombeiro, não tenho como agir [de outra forma], a não ser colocar o recurso na Saúde.

A pessoa, quando precisa do atendimento médico, precisa naquele momento mais difícil da sua vida, de seu familiar. E não é fácil.

Os senhores têm a gestão de quase 40 bilhões do orçamento. Os senhores têm 470 UBS, quase 29 milhões de atendimentos. São números que qualquer país ficaria quase que...

como ele faria isso, a não ser com recursos do próprio tesouro? Como que em outros países não conseguem fazer isso, e a gente consegue? Então é um motivo, sim, de muito orgulho ter os senhores em um trabalho tão especial, digno, para que possam levar, às pessoas, o atendimento. Lógico, sabemos que pode melhorar.

Eu gostaria de fazer uma pergunta aos senhores em relação à ampliação das UBSs, que algumas regiões são um pouco mais falhas em relação a esse atendimento básico, que é a porta de entrada, onde a pessoa precisa daquela resposta rápida. Eu queria saber se vamos ter uma ampliação das UBSs, principalmente nas regiões onde temos uma demanda um pouco maior.

O Vereador Manoel Del Rio falou a respeito dos 25 dias que você tem, às vezes, de espera. E eu vejo que há uma necessidade com relação a isso.

Eu quero saber se há o comprometimento com relação a essa atenção básica, e, principalmente, com relação a esse atendimento, para diminuir o tempo de resposta para a população.

Muito obrigado. E parabéns pelo grande trabalho que desenvolvem na cidade de São Paulo, com recursos próprios – mais de 80% do orçamento da Saúde é aplicado com recursos do orçamento da cidade de São Paulo. Então, é uma grande vitória, por causa do trabalho do Prefeito Ricardo Nunes, e também de toda a sua equipe, porque o Estado poderia compartilhar muito mais, e o Governo Federal, então, nem se fala.

Eu acho que há necessidade, sim, de haver uma interlocução um pouco melhor, para que possam ser colocados recursos em hospitais federais, em serviços federais, que não temos visto na cidade de São Paulo, que quase sozinha... quase 83% tem recaído na cidade, sendo responsável por todo o orçamento e todos os serviços para a população de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Vereador Major Palumbo.

Está aberta a palavra às pessoas inscrita. Estão encerradas as inscrições para esta audiência pública.

Eu vou conversar primeiro com as pessoas que estão *on-line*, e, em seguida, eu falo com as pessoas que estão de forma presencial.

Fabiano de Oliveira Soares, do Sindsep, está presente? (Pausa). Está presente. Então, eu vou falar primeiro com os virtuais.

Frances Kelle Leopoldino está presente? É um munícipe (Pausa). Está ausente. Raquel Plut Fernandes, conselheira gestora. É usuária do Hospital Campo Limpo. Está presente?

A SRA. RAQUEL PLUT FERNANDES – Eu estou presente, sim.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Tem a palavra por três minutos.

A SRA. RAQUEL PLUT FERNANDES – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Boa tarde.

A SRA. RAQUEL PLUT FERNANDES – Primeiro, quero cumprimentar o Secretário Zamarco, Ivan Cáceres e os Vereadores e todos que estão presentes.

Depois, nós vamos detalhar esses números e algum... É claro que o esforço é enorme, a gente reconhece, mas é importante a fala dos Vereadores no que diz respeito à questão do atendimento à população, com esses números, esse volume de investimento, que a população merece.

Mas a população está sofrendo ainda, e muito, em relação ao atendimento à Saúde, desde a atenção básica e até a questão dos tratamentos especializados e cirurgias. Com um orçamento desse porte, quem sabe os Vereadores possam ajudar a entender o porquê de se gastar, ou de se... Não é bem gasto, mas de se colocar tanto dinheiro na Saúde e, ainda assim, os níveis de atendimento à saúde da população são baixos. Há algum problema aí. Uma das dicas, Manoel Del Rio já falou, sobre a questão das OSs, que já estão tomando dez bilhões de reais concentrados em algumas OSs. Dez bilhões de reais do orçamento.

Mas essa é uma questão... O controle é baixo, e não só o controle financeiro, mas também da qualidade dos profissionais que estão trabalhando nas OSs, o problema dos médicos nas OSs, falta de médicos, médicos PJ, médicos jovens, muitos estagiários e nem sempre

atendem, com qualidade, a população.

Para terminar, eu quero falar de um problema específico que tanto Ivan Cáceres como Zamarco conhecem, que é o da ressonância magnética do Hospital do Campo Limpo.

Apesar de ter inaugurado um monte de hospitais, e a Secretaria sabe que são os hospitais municipais da administração direta que tocam os grandes atendimentos mais especializados na cidade de São Paulo, um desses hospitais é o Hospital do Campo Limpo, que está com a ressonância quebrada, Vereadores. Há sete meses... É uma promessa de uma verba liberada do Prefeito para comprar uma ressonância nova, mas até agora, depois de sete meses, nós não vimos, pelo menos não no processo, fazer tomada de preços e tocar efetivamente a compra desse equipamento. Então, eu queria um posicionamento atualizado sobre a compra da ressonância para o Hospital do Campo Limpo.

Alguém que está no Hospital e precisa de uma ressonância, Vereadores, hoje é levado de ambulância para o Hospital Ermelino Matarazzo, a 50km de distância.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Nós é que agradecemos, Sra. Raquel.

É importante a participação dos munícipes, porque eles é que vivem o dia a dia da nossa cidade e podem nos ajudar, até porque não há como a gente estar observando todos os lugares – nem nós, Vereadores, nem muitas vezes os próprios Secretários – e a sua participação foi muito importante para nós e é convidada sempre a estar presente com a gente, contribuindo com essa comissão. Está bom?

Vamos agora às falas das pessoas que estão no Salão Nobre. Fabiano de Oliveira Soares, do Sindsep. Seja bem-vindo. Obrigado pela sua presença. Fique à vontade, três minutos.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – Olá, boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de iniciar a minha fala para deixar registrado o meu protesto pelo fato de o Secretário Zamarco não estar presente a esta audiência. Esta é a Casa do Povo, se há previsão legal para prestação de contas nesta Casa, então...

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Com licença, vou manter o seu tempo. O

Secretário está presente desde o início.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – Presente de forma presencial.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Não, não.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – Cometendo essa redundância.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – É uma gentileza que eles estão fazendo para a gente, estarem todas as vezes trazendo a prestação de contas e está disposto a ouvi-lo, que são legítimas as suas colocações também.

Obrigado.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – Dando continuidade, eu gostaria de concordar com o Vereador que, realmente, os gastos em Saúde são astronômicos. Agora, resta saber se esses gastos têm qualidade. Se isso mesmo se reflete em investimento.

Nós tivemos um questionamento, que o Tesouro Municipal contribui com 83% da verba da Saúde. Eu queria saber dos nobres Vereadores e da Secretaria de Saúde também se o fato de a cidade de São Paulo inovar em políticas próprias, que não têm lastro com a Política Nacional de Saúde, se isso contribui para que não tenha investimento nacional.

Vou citar um fato notório, do conhecimento de todos. Nós falamos que temos mais de nove mil agentes comunitários, na cidade de São Paulo, todos contratados por Organizações Sociais. Acontece que a profissão de agente comunitário é regulamentada pela Lei 11.350, que estabelece que esses profissionais devem ter vínculo direto com o Executivo, ou seja, recebemos recursos federais para pagar o piso desses profissionais, mas o dinheiro volta para os cofres da União porque há terceirização, inclusive, contrariando a Lei 11.350.

Assim como essa política, há outras no município, como vimos ao longo dos anos, a questão dos Ambulatórios Médicos Assistenciais, os antigos AMAs – um elefante branco que só existia na cidade de São Paulo. Por não ter lastro com a Política Nacional de Saúde, o município custeava. Hoje em dia, nós deixamos de contar com esses equipamentos, porque muitos deles, que funcionavam relativamente perto das UPAs, tiveram suas atividades encerradas. O argumento era de que as UPAs inauguradas fariam o mesmo atendimento. Nós sabemos que

não fazem.

Inclusive, como foram citados números da assistência farmacêutica, eu queria deixar registrado que muitas UPAs em funcionamento – pasmem, senhores – não fornecem medicamento ao paciente em horário noturno porque não têm farmacêutico. A terceirização está levando a essa situação a assistência no município de São Paulo.

Assim como essa política, eu poderia citar outra em relação à saúde mental. Foi falado sobre a inauguração do CAPS, é algo que realmente deve ser aplaudido, porque temos de investir em saúde mental, em centros de apoio psicossocial, como o que está consolidado na política da saúde mental.

Muito me espanta ver surgir, na cidade de São Paulo, equipamentos como o que foi inaugurado no dia 23 de fevereiro – inclusive, já estava em funcionamento desde dezembro – que são os serviços de cuidados prolongados. É um equipamento de internação que não possui lastro nenhum na Política Nacional de Saúde Mental. Como que ele vai receber recursos?

Vocês concordam que não tem como destinar recursos da União, sendo que é uma inovação do município? É isso que está acontecendo.

Nem vou falar que estive na inauguração desse equipamento, acompanhei diversos problemas. É um equipamento público sem acessibilidade. Se vier uma pessoa para ser internada que tenha necessidades especiais, terá de ser carregada no colo por três lances de escada, que é onde a rampa começa.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Concluindo, por favor.

O SR. FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – Há outros problemas como falta de saída de incêndio, quem sabe esse não é o problema.

Faço um desafio, tendo em vista que devo concluir a minha fala, que seja feito, dentro desses 10 bilhões que serão gastos, com assistência totalmente terceirizada, cujo custo é bem maior, como disse o Vereador, nós poderíamos ampliar, sim.

Com esses recursos que são gastos com entidades privadas, a nossa estrutura poderia ser três vezes maior se fossem com servidores da Administração Direta.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Muito obrigado, Sr. Fabiano de Oliveira Soares, do Sindsep.

Vamos agora à fala de Flavia Anunciação, do Sindsep e do Conselho Municipal de Saúde. Seja bem-vinda. Fique à vontade.

A SRA. FLAVIA ANUNCIAÇÃO – Agradeço a todos e a todas, cumprimento os senhores, o Secretário.

O orçamento é enorme, nós temos de reconhecer, assim como reconhecer que a SMS tem feito um esforço efetivo para demonstrar e tentar a melhoria desses gastos. Mas não dá para a gente deixar de ressaltar também que 2/3 desses gastos foram para as Organizações Sociais, ou seja, dinheiro público na mão do setor privado para executar política de Saúde no município de São Paulo.

A gente tem ferramentas para avaliar o custo, a quantidade, mas onde estão as ferramentas qualitativas? Acredito que esses dois itens têm de caminhar juntos.

Muitas vezes, aumentar o gasto não significa aumento da qualidade. A gente tem um orçamento enorme, investido nas Organizações Sociais, enquanto a gente vê que não se tem a mesma efetivação desse orçamento em outras coisas, em outros tipos de gastos dentro do orçamento, como fraldas, medicamentos, são itens que faltam para quem está na ponta, porque eles têm reclamado muito. Não há medicação na UBS, a fralda é de qualidade ruim ou fica em falta. Nós precisamos criar ferramentas para fazermos avaliação da qualidade do serviço prestado, não só da quantidade.

Outra coisa é a fiscalização. Efetivamente, não há dentro da Secretaria Municipal de Saúde uma fiscalização de como são gastos esses recursos. A Secretaria não dispõe de quadro de pessoal capacitado, não seria nem capacitado, mas um volume de pessoas, nem há tecnologia, para poder fazer isso.

Tanto que a gente tem uma conversa no Ministério Público e, hoje, a Secretaria está readequando esse sistema. Mas não dá para investir todo esse montante de dinheiro, senhores

Vereadores, entregando na mão das OSs sem uma contrapartida de fiscalização eficiente, inclusive, acompanhada por esta Casa. Esta Casa deveria acompanhar não só como é investido, mas também como é feita a fiscalização desse dinheiro na mão das OSs.

Nós vimos também que não há uma previsão de aumento ou de gastos com o pessoal da Administração Direta, nem para repor quem está aposentado. É fato que a gente tem chamado um concurso para a Covisa, mas para os outros setores não tem previsão, não tem investimento orçamentário. Aí, nós teremos um problema quando toda a atenção básica estiver na mão das OSs. Os senhores estarão permitindo uma espécie de carteirização da política de Saúde no município de São Paulo. Vocês permitirão a criação de um monstro que depois talvez a gente não dê conta de lidar, quando todo esse dinheiro da Saúde estiver na mão do setor privado que tem interesse porque lucra, sim. OS lucra.

Eles têm a falácia de que são Organizações Sociais sem fins lucrativos, mas isso não é verdade. É só a gente olhar o quanto elas detêm de saldo bancário nas suas contas e isso significa verba pública, dinheiro público que não foi executado. Trata-se da fralda que não tem, do medicamento que não tem, assim como a equipe mínima que não foi composta.

Outro fator é o modelo. Hoje, os próprios trabalhadores de OS discutem modelo...

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Concluindo, por favor.

A SRA. FLAVIA ANUNCIÇÃO – Concluindo.

Hoje, os próprios trabalhadores de OS discutem modelo de contratação. Por que será que a gente não tem nenhum trabalhador de OS sentado, aqui, dizendo como que é a sua realidade cotidiana na execução da política pública lá na UBS? Os senhores estão vendo algum trabalhador de OS? Porque se ele trouxer à luz essa realidade será demitido, porque o vínculo dele não é com o SUS, mas com a empresa privada que pode demiti-lo a qualquer momento.

Então, senhores, acho que a gente precisa investir em Saúde, mas legitimar esse gasto. Aqui, deveriam estar trabalhadores da Administração Direta, trabalhadores das OSs trazendo para os senhores a realidade cotidiana do que é executar política pública.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Muito obrigado, Sra. Flavia Anunciação, do Sindsep e do Conselho Municipal de Saúde. Foi aplaudida pelas pessoas. Obrigado pela sua explanação. Vou passar agora para o Secretário Luiz Carlos Zamarco, para que ele possa trazer as orientações de acordo com as perguntas feitas pelos Vereadores e pelas pessoas que participaram fazendo seus questionamentos. Por favor.

O SR. LUIZ CARLOS ZAMARCO – Obrigado, Presidente.

Respondendo para o Vereador Aurélio Nomura: há na página 12, da apresentação, uma parte referente aos gastos do BID em 2022. Do montante que temos de gastar até 2024, gastamos... (Falha na transmissão) ...inicial 324 milhões previstos, e empenhamos 231 milhões de obras que foram executadas no ano de 2022. Ainda temos obras para este e para o próximo ano, para completar o valor do investimento que gira ao redor de um bilhão, com 50% da Prefeitura e 50% do financiamento do BID.

Em relação à tabela SUS, como o Vereador disse, dos 17 milhões que nós gastamos, faturamos AIH... (Falha na transmissão) ...todo esse dinheiro é custeio. São pacientes atendidos, que geram fichas de atendimento, que geram AIHs, que deveriam ser repassados pelo Ministério Público. O Ministério Público... (Falha na transmissão). Desculpe, Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde autoriza o município a emitir 990 milhões para faturar em AIH, não importa se você gaste 10 bilhões, você vai pagar no máximo 990 milhões. Este ano, nós emitimos os 990 milhões, ele nem isso pagou, pagou 780. O Ministério da Saúde tem uma tabela baixa e nem o que nós emitimos, faturamos em AIH, ele nos repassa.

Teve um repasse de contratualização para alta complexidade, no Teto MAC, que nós emitimos que foi 1,765 bilhão. O município produz muito mais do que isso. Só no Hospital Gilson de Castro, que é um hospital nosso de alta complexidade e tem um custeio anual ao redor de 500 milhões, nós não recebemos nenhum centavo de volta dessa alta complexidade.

Então, nós temos o custeio do município de São Paulo, que é uma cidade que tem 12,5 milhões de habitantes, como vocês viram o Estado... (Falha na transmissão) ...recurso para ajudar a cidade, há um repasse muito... (Falha na transmissão) ...O problema está na nossa

porta, nós não deixamos... Nós vimos várias pessoas falando, ninguém falou de algum paciente que ficou sem assistência. Reclamam do sistema, reclamam das OSs, mas a cidade atendeu toda a população.

Hoje, oncologia São Paulo atende, neste ano, no pós-pandemia, como o Vereador Aurélio Nomura falou, nós tínhamos represado um grande número de cirurgias, nós ampliamos os nossos hospitais dia para 24 horas, 9 leitos, fizemos 125 mil cirurgias no ano de 2022. É um público grande, nós conseguimos não deixar a fila aumentar. A partir de agora, a fila vai diminuir, porque tudo o que estava represado conseguimos operar.

O número que foi entrando não refletiu no aumento do número da fila, manteve o mesmo número em 180 mil, continuamos com 180 mil, mas os 125 mil que entraram não apareceram como um grande número. Não aumentou a fila para 300 mil pessoas, porque nós conseguimos daqueles 180 mil, tirar 125 mil pacientes que operamos nos nossos hospitais dia, que funcionam 24 horas.

O recurso do Estado, nós já falamos que é pouco. O nobre Vereador Manoel Del Rio também falou sobre isso. Setenta por cento dos recursos são concentrados em quatro OSs, como o Vereador falou.

Aqui, na Secretaria da Saúde, qualquer coisa que nós formos fazer temos de licitar. A pessoa tem de atender aos requisitos que estão dentro do termo de referência, dentro do edital da licitação. As OSs que ganharam são essas que estão aí desde 2013. Não ganharam a licitação nesta administração, elas ganharam em outras e estão aqui até hoje.

Na nossa administração, entraram algumas novas, estamos fazendo outras licitações para alguns hospitais para dar oportunidade, inclusive, para novas OSs. Essas que estão aqui foram contratadas por outras administrações. Então, elas atendem 83% da população de São Paulo, tem razão. Dos nossos recursos, 83% são passados para as OSs e sobra aí... desculpa, 83% dos recursos são do município, dos 17 milhões, 10 são passados para as OSs e sete são para pagar os 13% administrados pela Prefeitura.

Nós gastamos, hoje, oito milhões com recursos para atender as unidades próprias

da Prefeitura. Nós precisamos dar uma melhoria, como a nossa colega Flavia do sindicato falou... (Falha na transmissão) ...estamos fazendo concurso, mas já gastamos um grande recurso nesse grupo de profissionais e temos um retorno ainda bem modesto hoje em dia. O maior retorno que nós temos vem das OSs, no atendimento da população. Talvez a gente tenha de conversar para verificar se vamos aumentar o número de Unidades de Saúde.

Hoje, nós estamos aumentando, o Vereador Palumbo também questionou, cada complexo residencial que é construído na cidade ele tem de dar uma contrapartida com uma Unidade Básica de Saúde. Nós temos, na região da Raposo Tavares, vários complexos sendo construídos e na região Sul também, há alguns. Esses complexos, na contrapartida, eles devem, para a cidade, uma Unidade Básica de Saúde.

Uma Unidade Básica de Saúde custa ao redor de oito milhões de investimento, geram um custeio de 500 mil reais, por mês. Cada Unidade nova de Saúde que nós temos na cidade ela é necessária, mas significa um impacto, uma pressão no nosso orçamento.

A Secretaria Municipal da Saúde saiu de 8 milhões, em 2016, e veio hoje para 14 milhões. Mas nós saímos de três UPAs e temos hoje 23 UPAs. Aumentamos várias Unidades Básicas de Saúde. Saímos de 16 hospitais, estamos com 30, hoje. Houve um aumento dos recursos, praticamente, 100%, mas o número de equipamentos aumentou mais do que 100%.

Em relação à vacinação, o nobre Vereador Manoel comentou, São Paulo realmente, está com a vacinação não próximo ao ideal. A nossa meta é 95%, mas é a melhor capital do país no índice de vacinação. É a melhor ainda sendo baixo, porque nós temos um trabalho efetivo da atenção básica fazendo busca ativa nas regiões. As mais de 1.600 equipes estratégicas de saúde da família, os 9.000 ACSs que foram falados, eles têm um trabalho importantíssimo indo até as casas dessas pessoas e convocando essa população... (Falha na transmissão) ...participar.

Aliado a isso, temos um trabalho apoiado pela Secretaria Municipal da Educação. É uma cobrança, inclusive, do Prefeito Ricardo Nunes para nós, todos os Secretários, para mim, para o Secretário Padula, da Educação, para que melhoremos o índice de vacinação dessas crianças. Nós temos um trabalho em conjunto, em que as crianças, hoje, ao fazer a matrícula na

escola, recebem uma carteira, com uma declaração atualizada de vacinação, para que os pais procurem a Unidade Básica de Saúde.

Quanto aos pais que não a procuram, o Secretário comunica à nossa Secretaria e nós encaminhamos uma equipe das unidades básicas próximas das residências para procurar essas crianças e fazer uma atualização da carteira de vacinação. É por isso que São Paulo, apesar de não ter um número ideal, de não ser a cidade que tem o maior índice de vacinação, é a melhor capital em vacinação de crianças do nosso país. Ela continua subindo por conta desse trabalho incansável que a Secretaria faz, por meio da atenção básica de Saúde.

Há as consultas agendadas para 18 dias nas Unidades Básicas de Saúde e para as especializadas são 72 dias, como o nobre Vereador falou. Eu tenho convênio e, às vezes, eu levo 30 dias. O convênio fala que, se eu quero uma consulta imediata, é para eu procurar um pronto-socorro. Nós criamos uma situação melhor que a dos convênios, hoje, como o próprio Vereador falou, com uma consulta que demora 18 dias em uma unidade nossa, de Saúde. Além de ter criado 23 UPAs, com mais nove para serem inauguradas... (Falha na transmissão) ...nós estamos oferecendo serviço de urgência e emergência em todas as nossas unidades, para que essa população tenha um atendimento de imediato quando ela não consegue aguardar uma consulta especializada.

Em relação aos nossos ambulatorios, assim como nós estamos fazendo um aumento das cirurgias por meio dos hospitais Dia, também estamos fazendo nos ambulatorios de especialidades uma força-tarefa, inclusive, com a ampliação da telemedicina, para poder diminuir a fila de espera das consultas especializadas.

Na oncologia, as únicas especialidades que o município de São Paulo não atendia em 60 dias após o diagnóstico, de iniciar o tratamento, eram oncopneumo e onconeuro. Nós saímos de zero, no município. Só no município, teríamos de ter uma retaguarda com o Ministério da Saúde e do Estado, para poder atender esses pacientes de oncologia. Como nós não conseguimos nem no Ministério uma melhora no atendimento de oncologia e também não conseguimos no estado, nós fizemos uma contratualização com o AC Camargo e ampliamos o

nosso atendimento no Hospital Gilson.

Saímos de zero em oncologia para 36 novas consultas por mês de oncopneumo, que era o único que passava de 60 dias. Ele esperava 120 dias para iniciar o tratamento. Com isso, nós, inclusive, nessas especialidades, estamos atingindo os 60 dias. Esse é um trabalho do Prefeito Ricardo Nunes, do município de São Paulo, dos Vereadores que estão na Câmara que nos apoiam nas nossas propostas para conseguir melhorar a Saúde desta capital.

De ampliação de UBSs, já falei.

Respondendo à Raquel, nós já nos conhecemos. Já participei de várias reuniões, lá, no Campo Limpo. Ela tem razão em relação à ressonância magnética do Hospital do Campo Limpo. Apesar de nós termos, hoje, ofertado na cidade de São Paulo 22 ressonâncias para fazer exames, quanto à ressonância do Campo Limpo, é uma burocracia que nós temos para comprar um equipamento no município de São Paulo. Até prometi isso para ela. Foi uma promessa que eu mesmo fiz, quando nós nos encontramos lá, no Capão Redondo, em uma inauguração. Por falta de sorte, a ressonância estava indo para a rua, para ser licitada. Houve a mudança da lei de licitação. Saímos da Lei 866 para a Lei 14.133. O processo teve de voltar para eu readaptá-lo à nova lei.

Desculpe, Raquel. Você tem razão na sua demanda, mas é uma burocracia que eu, como Secretário, tenho de atender, para poder fazer essa licitação. Entretanto, o dinheiro está aqui, para ela ser comprada. O Prefeito disponibilizou o dinheiro. Nós estamos esbarrando nessa burocracia e, se Deus quiser, eu acho que vamos conseguir, agora. Pelo menos, estão me prometendo isso.

Em relação ao nosso colega do sindicato, Fabiano, que não me viu aqui, desde o início da reunião, não o conheço, ainda. Conheço a Flavia, mas você, eu não conheço. Muito prazer. A Secretaria tem as portas abertas para todo o sindicato, para os conselheiros. Eu sou uma pessoa bem acessível. A Flavia me conhece. Quanto aos gastos da Saúde, eu já falei do ACS.

Realmente, ele tem razão. O Ministério da Saúde não paga os nove mil ACSs. Sai

tudo do Orçamento da Prefeitura. Nós não temos concurso no município de São Paulo e eu não posso deixar de expandir o programa Estratégia de Saúde da Família na cidade, porque a cidade precisa. Já mostrou esse tipo de tratamento, de equipe de saúde da família, ser um tratamento exitoso, aprovado pela população, e, já que o Governo Federal não repassa esse dinheiro, o município, o Prefeito Ricardo Nunes, manda esse dinheiro e nós não deixamos faltar esse serviço para a população.

Os serviços de cuidados prolongados é um serviço da Cracolândia. Estamos falando de uma situação bastante crítica na cidade de São Paulo. Já tivemos vários programas, com vários governos, há muitos anos. Ninguém conseguiu tirar isso da cidade de São Paulo. Nessa Administração, com a insistência do Prefeito Ricardo Nunes, temos conseguido algum resultado. Inclusive, é uma cobrança diária dele na Secretaria da Saúde, para que encontremos uma solução para esse problema.

Em relação ao SCVC, é uma linha de cuidado de abstinência reconhecida pelo Ministério da Saúde e repassados os recursos que nós... (Falha na transmissão) ...talvez você desconheça isso. Então, qualquer coisa... (Falha na transmissão) ...para explicar como é que funciona isso. É um programa que tem dado certo. Hoje, dos 59 pacientes que foram atendidos no Serviço de Cuidados Prolongados, não houve nenhuma desistência. São 59 pessoas que nós estamos conseguindo tirar da Cracolândia. É um resultado exitoso e eu fico muito triste quando alguém fala que tirar 59 pessoas da Cracolândia não é uma coisa importante. Isso é muito importante. Isso salva vidas.

Agora, conversando um pouquinho com a Flavia. A Flavia tem acompanhado o Ministério Público. Ela mesma falou das ferramentas, dos indicadores de fiscalização da Secretaria. Como ela nos ouviu falar, lá, nós temos fiscalização, sim. Você ouviu falarmos disso com o Dr. Artur. Se não houvesse (ininteligível) por ele ou acompanhado. O Dr. Artur entendeu como nós fazíamos a fiscalização até aqui, como cresceu o programa de OS dentro da Secretaria e, de acordo com a ampliação das OSs, saímos de oito milhões. Viemos para 17 milhões. Saímos de 20 hospitais. Viemos para 30 hospitais. Saímos de três UPAs. Viemos para 23 UPAs. Isso

gerou um aumento típico e, para isso, nós criamos, também, aumento na forma de fiscalização dentro da Secretaria. Você está acompanhando.

Nós acabamos de sair do Web SAS, que era um sistema que já existia há muitos anos. Não foi contratado por essa Administração. Já existia. Com o aumento da prestação de contas, com o aumento dos serviços que a Secretaria tem feito, ele não suportou mais. Então, nós estamos contratando um novo sistema para substituir o Web SAS e, inclusive, esse sistema vai ser mais efetivo. Os Vereadores vão poder abrir na Câmara e verificar como é prestação de contas. O público vai poder abrir lá Ministério da Saúde e ver como é a prestação de contas. Vai ficar de uma forma, muito mais transparente, do que é hoje. Nós já publicamos, no *Diário Oficial*, a prestação de contas, aí você vai ver *on-line* como vai ser feito isso.

Os indicadores de qualidade de Saúde, em cada prestação de contas, se não atende os indicadores de qualidade. Ela tem um desconto e você pode verificar na prestação de contas, quando eles verificam, existem vários descontos por conta da prestação de contas que deveria atingir os indicadores necessários de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Obrigado, Secretário.

É importante dar retorno às perguntas das pessoas. Quero dizer a todos que estão acompanhando essa transmissão, essa audiência pública, que nós estamos começando um novo trabalho na Comissão de Saúde para ajudar os Municípios a ter sua vida mais tranquila e também ajudar, como um braço para o Executivo, afim de que possamos unir forças para tornar nossa cidade cada vez melhor. É óbvio, foi colocado que não houve pessoas reclamando da questão de atendimento, mas, infelizmente, embora a gente saiba do esforço que a Secretaria vem fazendo – isso é reconhecido por todos – infelizmente, ainda há alguns casos que ocorrem.

Eu até, inclusive, falei para as pessoas aqui, por causa do nosso tempo, eu mesmo iria comentar sobre isso, mas são coisas que nós vamos alinhar à Comissão, para gente poder melhorar essa situação, essa condição e, assim, permitir que cada vez, quando vocês vierem apresentar seus relatórios, possam apresentar um resultado cada vez melhor em relação ao trabalho na nossa cidade, que não é fácil. É um trabalho complexo e que exige esforço de todo

mundo e por isso sabemos que a Secretaria está cercada de uma equipe de pessoas eficientes, competentes e sérias.

Comprometidos em trazer o melhor para nossa cidade e nós estamos presentes para sermos a voz da população da cidade de São Paulo, inclusive, eu quero deixar o telefone da Ouvidoria da Câmara Municipal, para as pessoas que, de repente, tenham alguma contribuição para apresentar. É: (11) 3396 4000 ou 08003 22 6272. Pode entrar em contato. Vamos receber todas as reclamações ou sugestões que, possivelmente, poderão chegar para nós e vamos assim discutir juntos a nossa Comissão, à Secretaria Municipal de Saúde – volta a dizer – tem feito um trabalho muito sério, possamos então trazer respostas positivas.

Algum vereador gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa). Não havendo, podemos encerrar.

Quero agradecer às pessoas que participaram, registrar a importância, dizer que se todas as pessoas da nossa cidade pudessem trazer contribuições para que possamos melhorar a qualidade do serviço nossa cidade, seria muito importante.

Parabéns ao Fabiano de Oliveira Soares, Flavia Anunciação, Raquel Plut Fernandes, todas as pessoas que estão até agora acompanhando nossa audiência pública. Agradeço, também, volto a dizer o tamanho do respeito que vocês da Secretaria estão demonstrando para com essa Comissão e para com a nossa população.

Agradeço a Assessoria Parlamentar e Gestão Participativa, do nosso amigo Ivan Cáceres – pessoa extremamente comprometida em fazer um trabalho cada vez mais forte na cidade. O Secretário Adjunto Mauricio Serpa; Chefe de Gabinete Roberto Carlos Rossato, obrigado pela presença e o Secretário-Executivo Benedito Acácio Borges Neto, muito obrigado, Acácio, pela sua presença. O fato de vocês estarem acompanhando, com certeza, demonstra respeito para com a nossa cidade.

Nada mais a tratar. Estão encerrados nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos.